

Conflitos sobre posse de terras: aforização em mídia do Centro-Oeste brasileiro

Conflicts over land tenure: aphorization media in the Brazilian Midwest

Maria Luceli Faria Batistote*

RESUMO: Neste texto, situado nas atuais “tendências francesas de análise do discurso”, estuda-se a enunciação aforizante em mídia do Centro-Oeste brasileiro, em publicações online veiculadas no jornal *Campo Grande News*, na sequência dos trabalhos de Dominique Maingueneau (2006, 2008, 2010). Partindo da hipótese de que a forma como as mídias destacam enunciados contribui para a captação/“manipulação” dos leitores, busca-se verificar o funcionamento desse fenômeno na produção de efeitos de sentido a respeito de conflitos sobre posse de terras entre fazendeiros e indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Aforização. Mídia. Fazendeiros. Indígenas.

ABSTRACT: In this paper, located in the current "trends of French discourse analysis" studies the aphorization enunciation media of the Brazilian Midwest, conveyed in online publications in the newspaper *Campo Grande News*, following Dominique Maingueneau work (2006, 2008, 2010). Assuming that the way the media highlight statements contributes to the capture/ "manipulation" of readers, we seek to verify the functioning of this phenomenon in producing effects of meaning about the conflicts over land ownership between farmers and indigenous.

KEYWORDS: Aphorization. Media. Farmers. Indigenous.

1. Considerações iniciais

Neste texto¹, procuramos descrever e interpretar como o suporte midiático – *site* *Campo Grande News* – da região Centro-Oeste dá a circular pequenas frases que constituem algumas manchetes de matérias veiculadas, a partir da temática que trata de conflito sobre a posse da terra entre fazendeiros e indígenas. Considerando o alcance da *internet* para a difusão e divulgação de conteúdos, foram escolhidos, para compor nosso *corpus*, dois textos publicados em portais de notícias, na *Web*, ou seja, no ciberespaço.

Segundo Courtine (1999, p. 10), em *Análise do Discurso de orientação francesa há basicamente “duas possibilidades de tratamento de corpora”*. Por um lado, é possível trabalhar com *corpus* de base experimental, ou seja, com questionários dirigidos a um interlocutor em

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Docente do Curso de Letras e do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

¹ Apresento parte de discussões de minha pesquisa de estágio de pós-doutoramento realizado junto ao Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM), do Departamento de Letras da UFSCar, sob a supervisão do professor doutor Roberto Baronas.

uma situação específica, por exemplo, e, por outro, com *corpus* de base arquivista, isto é, com um conjunto de textos institucionais, semelhantes aos mobilizados pelos historiadores. Importante salientar que os *corpora* em Análise do Discurso não são dados *a priori*. A questão de pesquisa é que determina a maneira mesmo como os *corpora* serão montados e frequentados.

Ampliando a discussão sobre o tratamento de diferentes tipos de *corpora* em Análise de Discurso, Maingueneau (2006) nos diz que as unidades fundamentais com as quais trabalham os analistas do discurso são formação discursiva, gênero de discurso e posicionamento. Entretanto, na grande maioria das vezes a articulação dessas unidades – e mesmo sua compatibilidade – não são explicitadas pelos analistas.

No intuito de melhor compreender tais unidades, Dominique Maingueneau (2006) propõe pensá-las em dois grandes grupos: Unidades Tópicas e Unidades Não-Tópicas. Das primeiras fazem parte as Unidades Territoriais e as Unidades Transversas, das segundas fazem parte as Formações discursivas e os Percursos. Das Unidades Territoriais, por sua vez, fazem parte os tipos e os gêneros de discurso, subdivididos em gêneros de campo e gêneros de aparelho e, das Unidades Transversas fazem parte os registros: linguísticos, funcionais e comunicacionais.

Nossa pesquisa trata então, por conta de sua temática mesmo, de unidades não-tópicas. Todavia, não de formações discursivas, pois unidades como “o discurso sobre a pedofilia”, “o discurso racista”, “o discurso pós-colonial”, “o discurso patronal”, por exemplo, não podem ser delimitadas por fronteiras que não sejam as estabelecidas pelo pesquisador (MAINGUENEAU, 2006, p. 32.). Trabalhamos com os percursos. Por essa categoria Maingueneau (*op. cit.*, p.32) entende:

Os analistas do discurso podem ainda construir *corpus* de elementos de diversas ordens (palavras, grupos de palavra, frases, fragmentos de textos) extraídos do interdiscurso, sem buscar construir espaços de coerência, ou seja, sem procurar constituir totalidades. Nesse caso, deseja-se, ao contrário, desestruturar as unidades instituídas por meio da definição de *percursos* inesperados: a interpretação se apoia, assim, sobre a explicitação de relações imprevistas no interior do interdiscurso. Esses percursos são hoje consideravelmente facilitados pela existência de *softwares* que permitem tratar conjuntos de textos bastante vastos. Podemos prever percursos de tipo formal (certo tipo de metáfora, uma dada forma de discurso relatado, de derivação sufixal, etc.); porém, nesse caso, se não trabalhamos com um conjunto discursivo bem especificado, recaímos na análise puramente lingüística. Podemos igualmente prever percursos baseados em materiais lexicais ou textuais: por exemplo, a retomada ou as transformações de uma mesma expressão em uma série de textos, ou então as diversas recontextualizações de um “mesmo” texto.

Com base na categoria metodológica de percurso, elegemos como temática para a nossa pesquisa matérias jornalísticas que tratam de conflito sobre a posse da terra entre fazendeiros e indígenas.

Partindo da hipótese de que a forma como as mídias destacam enunciados contribui para a captação/ “manipulação” dos leitores, esta pesquisa situada nas atuais “tendências francesas de análise do discurso”, estuda a enunciação aforizante, na sequência dos trabalhos de Dominique Maingueneau (2006, 2008, 2010).

Cabe mencionar que nosso interesse por estas questões se dá, em face de desenvolvermos, enquanto docente, atividades de ensino, pesquisa e extensão, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instituição localizada em um estado que concentra uma população de mais de 70 mil índios. A maioria deles, nos municípios do sul do estado, mesma região onde se localizam grandes propriedades rurais que sustentam a principal atividade econômica: o agronegócio. Essa realidade tem gerado conflitos motivados por “disputas pela terra”, cuja violência tem sido mostrada pela imprensa local, regional, nacional e, até mesmo, internacional.

O estado de Mato Grosso do Sul surgiu com o desmembramento, em 11 de outubro de 1977, do estado de Mato Grosso. Atualmente, possui a segunda maior população indígena do país, que totaliza 73.295 pessoas das etnias Guarani-Ñandeva, Guarani-Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Ofaié e Kamba, ficando atrás apenas do estado do Amazonas que reúne 168.680 indígenas, segundo dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas comunidades vivem em uma região, na qual predomina um “forte sentimento anti-indígena”, agravado pelos conflitos territoriais, segundo Brand; Nascimento e Urquiza (2009, p. 393). A situação piora cada vez mais, de modo que tem gerado conflitos armados resultando em mortes de vários indígenas, as quais os Guarani e Kaiowá, ao se manifestar, por meio de seu órgão representativo, classificam como genocídio e/ou etnocídio. Além dos Guarani e Kaiowá, indígenas pertencentes a outras etnias e também os sem-terra seguem reivindicando seus territórios. Vê-se, portanto, que estão em curso múltiplos casos de disputas territoriais em Mato Grosso do Sul, o que, também, nos motiva a desenvolver esta pesquisa.

2. Considerações sobre mídia e o aparato teórico-metodológico

Não é raro ouvirmos comentários sobre a manipulação que as mídias exercem sobre a população. O próprio Charaudeau (2006, p. 251-277), autor de uma das obras mais completas sobre o discurso produzido na instância midiática, afirma que, desde que o sociólogo Pierre Bourdieu “dissecou” a informação veiculada na/pela televisão, os argumentos trazidos pelos intelectuais apontam, via de regra, para os efeitos nefastos das mídias sobre seu público.

Relativizando essa afirmação, o autor, ao se perguntar no título do último capítulo da referida obra se “as mídias são manipuladoras?”, admite que “não se pode dizer que as coisas acontecem exatamente assim entre as mídias e os cidadãos”. Isso porque, no seu entender, *manipular* implica que alguém (alguma instância) tenha a intenção de fazer outro alguém (uma outra instância) crer em algo (não necessariamente verdadeiro), fazendo-o pensar ou agir, sem perceber, num sentido que traga proveito ao primeiro. Assim, toda manipulação implicaria uma enganação, cuja vítima seria o manipulado. Ora, esse “movimento”, evidentemente, não contempla a relação mídias/cidadãos: não se pode afirmar nem que aquelas tenham vontade de enganar, nem tampouco que estes “engulam” tudo o que lhes é apresentado, sem qualquer dose de criticidade.

Na verdade, se “as mídias manipulam de uma maneira que nem sempre é proposital [...] muitas vezes, são elas própria vítimas de manipulações de instâncias superiores” (CHARAUDEAU, 2006, p. 252-253). Em outras palavras: se as mídias manipulam, elas também são manipuladas, seja por fatores externos (tais como a concorrência/rentabilidade comercial ou o poder político), seja por fatores internos (as representações daquilo que pode interessar ou emocionar o público, por exemplo).

O autor pondera que, independentemente das críticas que se possa fazer às mídias, elas desempenham um papel fundamental no âmbito da democracia: o de informar a população fatos e acontecimentos que ocorrem no mundo, fazendo circular explicações sobre eles e abrindo espaço para o debate. Por outro lado, considerando que os cidadãos sempre entram em contato com o acontecimento tal como ele e filtrado pela mídia – já que eles quase nunca têm acesso ao “acontecimento bruto” –, não se pode perder de vista que as mídias escolhem o que tornar visível (e – acrescentamos – determinam o modo como esse visível deve ser “tornado visível”), o que leva Charaudeau (op. cit., p. 256) a concluir que “as mídias informam deformando”, embora nem sempre haja uma verdadeira intenção manipuladora.

O certo é que as mídias, ainda que pretendam fornecer uma visão coerente e inteligível do mundo, acabam, ao contrário, por veicular uma visão fragmentada das coisas, o que atesta a

impossibilidade de se aspirar a uma informação transparente, neutra ou puramente factual, pois sua significação está sempre submetida aos filtros do contrato de comunicação midiática, bem como as diferentes expectativas dos sujeitos envolvidos no ato de informar (o jornalista, o editor, o diretor do órgão etc.). Assim,

A mídia é atualmente um dos mais importantes instrumentos sociais, no sentido de produzir esquemas de significação e interpretação do mundo. Os meios de comunicação nos indicam o que pensar, o que sentir, como agir. Eles nos impõem certas questões e nos fazem crer que estes é que são os problemas mais importantes sobre os quais devemos pensar e nos posicionar (FREIRE; CARVALHO, 2008, p. 156).

Nessa perspectiva, se o produtor de uma dada matéria tem que se ater à visada de informação, que consiste em fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou está acontecendo no mundo, ele não pode, por outro lado, prescindir da visada de captação, que se dirige para o “outro” (interlocutor/destinatário), visto que estamos, em última análise, diante de um objeto comercial, que obedece a lógica de mercado: captar a maior quantidade possível de consumidores para sobreviver à concorrência com outras empresas. É preciso, pois, ao mesmo tempo, informar e persuadir, agindo sobre o público-alvo de modo a mobilizar seus sentimentos e crenças e despertar-lhe, enfim, o interesse pela informação transmitida. Nessa ótica, “o relato midiático constrói seu próprio real negociando com nossos imaginários” (CHARAUDEAU, 2006. p. 73).

Percebe-se que as mídias detêm uma considerável “margem de manobra”, ao selecionar a informação a ser veiculada – afinal, escolher anunciar uma notícia e fazê-la existir –, operando “recortes” nesse material (decidindo o que será ou não excluído, as “vozes” que serão agenciadas ou, ao contrário, silenciadas) e dando-lhe uma organização específica, entre outras possíveis. Muitas vezes, nesse processo ocorre a “informação deformada” de que nos fala Charaudeau (2006), e o que Maingueneau (2006, 2008, 2010, 2012) chama de *enunciados destacados*.

Nesse quadro, podemos definir o discurso como um “espaço de regularidades enunciativas”, como uma prática (simbólica) que deve ser tomada “no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história”. Os textos, por sua vez, materializam, na/pela linguagem, os discursos que circulam socialmente. Assim, “compreender como um texto [...] produz sentidos e compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, e explicitar como ele

realiza a discursividade que o constitui”. Isso significa que o analista parte do texto (sua unidade de análise) para chegar ao(s) discurso(s) que subjaz(em) a ele (ORLANDI, 1999, p. 70-71).

As mídias, dado o seu importante papel na sociedade como produtoras/distribuidoras de sentido, têm-se oferecido como um campo fértil de investigação para os estudos do discurso na atualidade, razão que nos levou a enveredar por essa instância. Dentro desse domínio mais amplo, restringimos nossa pesquisa à mídia *online* e privilegiamos a primeira vertente em relação à segunda. Isso porque a enunciação aforizante, questão que nos interessa mais de perto, e que será desenvolvida adiante, constitui um fenômeno já consolidado na mídia impressa, mas ainda relativamente novo na internet (até porque o surgimento da rede é bem mais recente que o da mídia impressa).

Ao abordar a destacabilidade, enunciados curtos que se apresentam fora do texto, geralmente constituídos de uma única frase, Maingueneau (2006, p. 72-73) aponta, inicialmente, o grande número de enunciados que circulam na sociedade e que poderiam ser chamados, genericamente, de citações ou fórmulas. Tais citações remetem a dois tipos diferentes de funcionamento: aquelas que funcionam, já de saída, como enunciados autônomos (provérbios, *slogans*, adágios etc.) e as que são citadas para marcar um posicionamento específico por oposição a outros – por exemplo, um dado posicionamento estético, uma determinada concepção, historicamente datada, das relações sentido/linguagem/subjetividade. Trata-se, nesse caso, do que se poderia rotular de “citação célebre”. No seu entender, vários desses enunciados – destacados de um texto – que funcionam como fórmulas já se apresentavam como destacáveis na origem, seja, por exemplo, por sua posição tipograficamente realçada, seja por seu caráter generalizante, seja ainda por sua forte ligação com a temática central do texto. No entanto, pode também acontecer de um enunciado, sem propriedades de destacabilidade, adquirir o estatuto de fórmula.

Dito isso, o autor se volta para os enunciados que, segundo ele, aspiram a destacabilidade, como é o caso das máximas heroicas e das fórmulas filosóficas, para, em seguida, introduzir o conceito de *sobrasseveração* e a noção correlata de *sobrasseverador*. Para ele, as fórmulas célebres dos domínios literário e filosófico não esgotam a questão da destacabilidade, visto que “fenômenos semelhantes são abundantes, em particular nas mídias” (MAINGUENEAU, 2006, p. 79).

Uma sequência sobreasserida num texto tem as seguintes características: 1) é relativamente breve; 2) possui uma estrutura “pregnante” do ponto de vista do significado

(metáfora, paradoxo etc.) e/ou do significante (simetria, silepse etc.); 3) ocupa posição relevante no texto, podendo-se atribuir-lhe o estatuto de “condensado semântico”; 4) implica uma tomada de posição no interior de um conflito de valores; 5) remete a um tipo de “amplificação” da figura do enunciador, manifestada por um ethos apropriado (MAINGUENEAU, 2006, p. 79).

Em texto posterior, o autor acrescentará mais duas características ao enunciado sobreasserido: 6) seu valor generalizante ou genérico; 7) o fato de se marcar, no metadiscorso, como uma “retomada categorizante” (do tipo: “essa verdade essencial”) ou ser introduzido por um conector como “em resumo”, “dito de outra forma”, “no fim das contas” etc. (MAINGUENEAU, 2008, p. 157).

Nas mídias, os enunciados destacados surgem, via de regra, como “pequenas frases”, isto é, enunciados curtos e propensos a retomadas. Nesse caso, Maingueneau explica que não é possível determinar se essas “pequenas frases” são assim porque “os locutores de origem as quiseram [...] destacáveis, destinadas a retomada pelas mídias, ou se são os jornalistas que as dizem dessa forma para legitimar seu dizer” (MAINGUENEAU, 2006, p. 80). Em outras palavras: os profissionais das mídias as fabricariam, em função dos reempregos que delas seriam feitos, tendo em vista o jogo de antecipações das modalidades de recepção.

Segundo o autor, “a citação está inscrita no próprio funcionamento da máquina midiática, cujos atores gastam seu tempo destacando fragmentos de textos para convertê-los em citações...” (MAINGUENEAU, 2006, p. 80). Cabe observar que, em trabalho posterior, o autor retificará essa informação, dizendo que, no caso da sobreasseveração, não se pode falar de citação, mas “somente de uma operação de destaque do trecho que é operado em relação ao restante dos enunciados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 11).

De qualquer forma, nada impede que “um jornalista converta soberanamente em ‘pequenas frases’, graças a uma manipulação apropriada, qualquer sequência de um texto” (MAINGUENEAU, 2006, p. 81), o que leva a um desacordo entre o locutor-origem, responsável pelo que é dito, e esse mesmo locutor tomado como sobreasseverador de um enunciado que foi destacado pela instância midiática. Trata-se, nesse caso, de um sobreasseverador produzido pelo próprio trabalho de citação (que, portanto, não coincide com o locutor do texto de origem). Esse é um fenômeno recorrente na imprensa escrita da atualidade, que utiliza a sobreasseveração de várias formas: em títulos, subtítulos e intertítulos, como legendas de fotos, em páginas duplas de citações em revistas informativas etc.

Ainda, brevemente, cabem considerações sobre o jornal Campo Grande News, o primeiro ciberjornal da capital sul-mato-grossense. Não foi criado a partir da versão de uma publicação impressa, mas concebido para veicular conteúdos voltados para os internautas. O portal foi ao ar em março de 1999 e viabilizado por meio da parceria entre o empresário Miro Ceolim e o jornalista Lucimar Couto. Esse cibermeio tem a produção voltada para o público de Mato Grosso do Sul. Em março de 2008, o portal criou o “Repórter News”, um canal de interatividade e colaboração com os leitores. Os conteúdos são divididos nas seguintes editorias: capital, empregos, esporte, meio ambiente, rural, trânsito, economia, especiais, interior, política, tecnologia e cidades.

3. Das análises

Examinamos alguns exemplos de aforização (secundária) por destacamento fraco, buscando verificar a partir da forma de destacamento utilizada no título se há alterações na passagem do enunciado à aforização e, ainda, os efeitos de sentido construídos, via destacabilidade, observando até que ponto eles contribuem para a já citada “manipulação” dos leitores.

Com o texto, a seguir, podemos refletir sobre este fenômeno.

Figura 1A – Publicação do jornal *online* Campo Grande News, do dia 13 de setembro de 2012.



Fonte: www.campograndenews.com.br

Figura 1B – Publicação do jornal *online* *Campo Grande News*, do dia 13 de setembro de 2012.

www.campograndenews.com.br/cidades/capital/fazendeira-diz-que-83-anos-de-historia-estao-sendo-oc

podemos fazer nada", criticou.

Das 200 cabeças de gado da fazenda, ela diz que 30 já foram mortas pelos índios. "Eles (índio) vão matando e comendo. Com as galinhas e os porcos também foi assim. As 20 sacas de sal que tínhamos, eles rasgaram todas, jogaram o sal fora e usaram as sacas para fazer barraca".

No dia seguinte, após a ocupação, a Força Nacional esteve na fazenda, mas de acordo com o relato dos proprietários, a presença da polícia teria apenas fortificado "a invasão", já que os índios permanecem na propriedade.

Um parente de Virgílina, que preferiu não se identificar, criticou a maneira como é feita a demarcação das terras, que segundo ele, são realizadas informalmente. "Não foi feito um estudo sobre a terra. O índio chegou lá e foi dizendo que aquilo era dele e pronto. Não é assim".

Na fazenda, além do gado, Virgílina planta milho e mandioca, cultivados para criação dos animais e que muitas vezes também já foram vendidos.


A propriedade, que tem mais de 300 hectares, foi ocupada pelos índios pela primeira vez em 1999, mas a agressividade indígena foi bem maior, como contou a fazendeira. "Eles agrediram o meu marido, me bateram no rosto, quase quebrei a cabeça".

Segundo o neto da proprietária, que também preferiu ter a identidade preservada, à época da primeira ocupação, a família entrou com pedido de indenização contra o Governo Federal, mas até hoje nada foi solucionado. "Nós queríamos que eles nos pagassem a terra, mesmo que fosse um pouco menos do valor e nós iríamos embora, mas não fizeram nada".

"Estamos nos sentindo ameaçados. Para mim eles querem roubar, não querem terra, não", disse Virgílina.

Os familiares da viúva dizem também que os índios estão munidos com rifles espingardas. "Eles estão com armamentos pesados, mas as pessoas acham que não", disse o neto da fazendeira.

Fonte: www.campograndenews.com.br.



A matéria intitulada “Fazendeira diz que 83 anos de história estão sendo ‘ocupados’ por índios” relata a problemática da ocupação da área de uma fazenda. Segundo Virgílina Pereira Lopes, proprietária da fazenda Campina, na região de Paranhos, os indígenas Guarani e Kaiowá, ocupam área da fazenda e causam danos ao patrimônio. No entanto, há interesse, pelos indígenas, em reivindicar área da fazenda como sendo sua, desde muito antes da chegada da fazendeira. Dessa forma, o locutor não evidencia o estado objetivo desse povo em nenhum momento, ou seja, não há trecho no texto dedicado ao discurso relatado que introduza a voz do indígena.

Pela análise do discurso relatado, é possível compreender como ocorre o interdiscurso, ou seja, a relação entre o discurso do locutor e o discurso outro. Nesse caso, o fato de o locutor optar por não mostrar a fala do indígena, é significativo: ele não apenas se coloca como porta-voz dos fazendeiros, criando com isso, um efeito de realidade, mas permite falar um outro, atribuindo-lhe a responsabilidade da fala, dando a conhecer não só o que o outro – fazendeiros – disse, mas como ele o disse. Isso não implica, todavia, que esse tipo de discurso seja um meio mais autêntico e verdadeiro de apresentar a fala do outro, embora ele bem passe essa ideia de autenticidade e constitua, por essa razão, uma estratégia para convencer o alocutário. No

entanto, tomando a noção de interdiscurso, enquanto espaço de troca entre vários discursos, vemos que a “fala” do locutor é atravessada por várias outras que circulam neste espaço.

Dessa forma, embora o locutor exponha trechos do depoimento de personagens de apenas um lado do conflito, as palavras entre aspas marcam a relação conflituosa entre o discurso do locutor e aquele que é citado, no caso a fazendeira. Pode-se perceber a posição de conflito em que o locutor se coloca em relação ao corpo citante, quando apresenta entre aspas as palavras “ocupados” e “a invasão”. Vejamos:

(1) Recorte – Fazendeira diz que 83 anos de história estão sendo ‘ocupados’ por índios.

(2) Recorte – No dia seguinte, após a ocupação, a Força Nacional esteve na fazenda, mas de acordo com o relato dos proprietários, a presença da polícia teria apenas fortificado “a invasão”, já que os índios permanecem na propriedade.

Nota-se que o discurso citante interpreta os enunciados do outro (discurso citado), de acordo com sua própria grelha semântica. Desse modo, o que os proprietários chamam de “a invasão” é automaticamente desqualificado pelo locutor, que além de não querer se responsabilizar pela afirmação, deixa pistas de que percebe o termo invasão como inadequado.

O locutor jornalista se apresenta como um “aforizador” e

assume o ethos do locutor que está no alto, do indivíduo autorizado, em contato com uma Fonte Transcendente. Ele é considerado como aquele que enuncia *sua* verdade, que prescinde da negociação, que exprime uma totalidade vivida: seja uma doutrina ou uma concepção vaga da existência (MAINGUENEAU, 2010, p. 14-5).

Para o autor, trata-se da constituição de um dizer que entra em contato com uma Fonte Transcendente, para parecer uma fala primeira, mais próxima possível da verdade de uma consciência, devendo, pois, a enunciação destacada, paradoxalmente, ser retomada. Segundo Maingueneau (2015, p. 137), quando ela se reapresenta assim em outra cena, a fala se carrega de poder e de sentido.

Desse modo, quando se extrai um fragmento de texto para fazer uma aforização, um título de uma matéria na imprensa, por exemplo, converte-se *ipso facto* seu locutor original em aforizador.

Observa-se, então, que o aforizador pretende produzir um efeito de sentido de que são oitenta e três anos de história, subtraindo no título o fato da fazendeira possuir oitenta e três

anos. Isso se dá, em face do aforizador, no processo de destacamento, apresentar alterações naquilo que foi efetivamente dito, de modo a aumentar a curiosidade ou o interesse dos leitores.

Na matéria consta que o relato é de

(3) Recorte – Virgínia Pereira Lopes, 83 anos, dona da fazenda Campina, na região de Paranhos, na fronteira com o Paraguai, ocupada há mais de um mês pelos índios guarani-kaiowás.

Cabe mencionar, ainda, que a aforização, a partir das restrições semânticas inscritas, evidenciada pelo título, produz o efeito de sentido do estabelecimento de um cuidado com a isenção para si percebido, quando coloca entre aspas também a palavra “ocupados”. Isso, provavelmente, em face das discussões envolvendo o uso desses termos. Nos movimentos indígenas, é comum, na reivindicação de terras o desconforto causado pelo uso da palavra “invasão”, já que consideram estar tomando posse daquilo que lhes é de direito.

Por meio dos recortes feitos, mesmo sendo o sujeito-fazendeira o enunciador do lexema “ocupados”, a organização discursiva parece produzir um enquadramento do olhar para que o sentido seja costurado, o que supostamente se deseja é construir uma imagem para os leitores negativamente constituída.

Percebe-se, pois, na aforização, traços de elementos semânticos de silenciamento e, também, o escape de uma construção de imagem do índio alicerçada em valores ideológicos que se perpetuam com marcas identitárias permeadas por preconceitos.

Em geral, as comunidades indígenas e órgãos indigenistas preferem o verbo “ocupar”. Na dúvida e a fim de se isentar de alguma forma dessa discussão o locutor utilizou aspas para os dois termos. Desse modo, ainda que a matéria contemple o proprietário rural como fonte única, está presente no texto uma formação discursiva outra, a dos indígenas e indigenistas.

O texto, a seguir, nos mostra mais um exemplo.

Figura 2 – Publicação do jornal *online* Campo Grande News, do dia 18 de janeiro de 2012.

Interior

18/01/2012 18:50

Dois meses após ataque, suspeita é que Nísio está vivo e no Paraguai

Marta Ferreira

Inquérito sobre episódio em acampamento Guaiviry, em Aral Moreira, já está concluído e aguarda posicionamento do MPF a respeito

Imprimir Gosto 3 Tweetar 3 Share 5

Faz dois meses hoje que o acampamento Guaiviry, em Aral Moreira, virou notícia no mundo todo, após um ataque aos índios guarani-caiuwá acampados no local à espera da demarcação da fazenda como terra indígena. Desde então, prevalece como mistério o paradeiro do líder da comunidade Nísio Gomes, 59 anos.

A Polícia Federal acredita que Nísio pode estar vivo e, segundo apurou o **Campo Grande News**, a suspeita é que ele esteja no Paraguai. Para os índios, Nísio foi assassinado por pistoleiros contratados por fazendeiros, que invadiram a área no dia 18 de novembro.

Para a PF, um indício forte de que Nísio esteja vivo é o saque de um benefício que ele tem feito em Brasília, e que nenhum parente assumiu.

Não existe mais uma operação de busca pelo corpo, uma vez que a PF entendeu que não havia evidências de uma execução, como foi afirmado inicialmente. A Corporação considerou um indício de que Nísio esteja vivo um saque de um benefício que ele tem feito em Brasília, e que nenhum parente assumiu.

As imagens da pessoa que fez o saque não foram conclusivas para a identificação.



Indígena no acampamento Guaiviry, em Aral Moreira, dois meses após ataque. (Foto: João Garrigo)

Como o clima na região ficou tenso, mobilizando até a vinda de representantes do Governo Federal, foi mantida a presença da Força Nacional de Segurança na região, rondas próximas do acampamento para evitar conflitos.

Hoje, a Aty Gassu, assembleia que reúne lideranças indígenas da região, divulgou nota em que cobra atitude do Governo sobre o caso, dois meses após, para que não caia, segundo a nota, na impunidade. "Se o Estado brasileiro não agir, tememos que o Guaiviry e outras comunidades guarani e kaiowá sofram mais violências", afirma o texto. "A situação de impunidade está gerando uma realidade revoltante: os pistoleiros não estão tendo mais vergonha de chegar a um acampamento em plena luz do dia para ameaçar as comunidades e matar lideranças", segue a nota.

Encaminhamento-De concreto, até agora, a investigação sobre o episódio de novembro em Guaiviry tem um inquérito concluído, já encaminhado ao MPF (Ministério Público Federal) em Ponta Porã. O documento indica mocinhos e bandidos dos dois lados.

A PF indicou 10 pessoas, entre fazendeiros, seguradoras e donos de empresas de vigilância, pelo ataque ao acampamento, com balas de borracha. Do lado dos indígenas, também houve um indiciamento, do filho de Nísio que testemunhou o ataque, por falso testemunho.

O MPF não comenta o resultado do inquérito, que agora aguarda a decisão do órgão sobre o que vai ser feito do caso. O procurador responsável pode fazer a denúncia à Justiça da forma como a Polícia mandou, ou ainda pedir novas diligências.

Fonte: www.campograndenews.com.br

A matéria “Dois meses após ataque, suspeita é que Nísio está vivo e no Paraguai”, dentre as várias que circularam trazendo informações sobre o ataque ao acampamento indígena Guaiviry, localizado entre os municípios de Amambai e Aral Moreira, na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do país, apresentou o crime, que ficou conhecido como “Caso Guaiviry”, ocorrido no dia 18 de novembro de 2011 e resultando na morte do cacique Nísio Gomes, de 55 anos. O ataque se deu motivado pela ocupação de parte de uma fazenda por um numeroso grupo de índios das etnias Guarani e Kaiowá. Cabe destacar que, inicialmente, a Polícia Federal considerou o crime como “desaparecimento”, contudo, meses depois, o caso foi tipificado como “homicídio”. O corpo do cacique, porém, não foi encontrado. A repercussão da morte de Nísio Gomes gerou diversas pautas que abasteceram a imprensa durante semanas e trouxe, novamente, à tona a discussão

sobre os conflitos agrários e a situação de miséria em que vivem milhares de famílias indígenas no estado.

Essa situação de convivência entre indígenas e produtores rurais tem gerado, ao longo dos anos, conflitos motivados por “disputas pela terra”. De um lado, indígenas afirmam que foram expulsos de suas terras tradicionais e defendem a retomada de territórios; de outro, produtores rurais alegam que suas propriedades foram adquiridas dentro dos preceitos de legalidade, com a chancela do próprio Estado.

As matérias começaram a ser veiculadas no dia 18 de novembro de 2011, data em que ocorreu o fato. A imprensa foi informada sobre o ataque por meio de uma nota publicada na página na internet do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e enviada para os meios de comunicação. Dessa forma, as primeiras notícias sobre o caso foram veiculadas, basicamente com informações do CIMI, confirmadas posteriormente pela Polícia Federal, ou seja, a representante das fontes oficiais. Somente alguns dias após o crime, equipes de reportagem de jornais impressos, emissoras de televisão e rádio e ciberjornais tiveram acesso ao acampamento e, com a presença de lideranças indígenas, puderam conhecer o cenário onde ocorreu o fato e entrevistar os “personagens” que, de fato, presenciaram o ataque. Destaca-se que a cobertura do Caso Guaiviry foi permeada por acontecimentos que despertaram o interesse da imprensa e, ao mesmo tempo, marcada por depoimentos controversos, conflitos entre fontes e acontecimentos inéditos que envolveram, inclusive, autoridades do Governo Federal como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)² e o Ministério da Justiça.

Ora, sem ler o texto, um leitor que desconheça a problemática conhecida como “Caso Guaiviry” pode perceber um outro efeito de sentido da aforização, que não corresponde, de fato, aos acontecimentos e nem sequer, ao relato do texto fonte. Vejamos:

(4) Recorte – Faz dois meses hoje que o acampamento Guaiviry, em Aral Moreira, virou notícia no mundo todo, após um ataque aos índios guarani-caiúá acampados no local à espera da demarcação da fazenda como terra indígena.

A projeção de categorias temporal e espacial instaurada no texto, conforme recorte apresentado, produz o efeito de sentido de realidade e é, justamente, esse o mecanismo utilizado pelo aforizador. A enunciação aforizante, por meio do título, cria um percurso de orientação de

² Órgão governamental de esfera federal encarregado de gerenciar questões indígenas de diversas ordens.

sentidos, direcionando o leitor para o sentido determinado e pretendido. Ali, instaura-se, também, uma projeção temporal (Dois meses após ataque) e uma espacial (no Paraguai).

Nesse caso, a escolha dos temas e figuras veiculados na aforização parece-nos fundamental para atrair o outro (enunciatário/leitor), articulando-se à própria intensidade provocada pelo destacamento.

Vejamos ainda:

(5) Recorte – A Polícia Federal acredita que Nísio pode estar vivo e, segundo apurou o Campo Grande News, a suspeita é que ele esteja no Paraguai. Para os índios, Nísio foi assassinado por pistoleiros contratados por fazendeiros, que invadiram a área no dia 18 de novembro.

O enunciador apropria-se de uma estratégia muito utilizada pela imprensa para persuadir o leitor. Ao enunciar “(...) segundo apurou o Campo Grande News”, opera-se com uma projeção instalando um “ele, o Campo Grande News”, ao invés de um “eu, o Campo Grande News” no texto. Com isso, criam-se efeitos de sentido de distanciamento e de imparcialidade. Em nenhum momento o ciberjornal explica a procedência da informação inscrita no enunciado, mas, ao empregar o verbo “apurou”, o enunciador pretende passar ao enunciatário as impressões de veracidade e de credibilidade. Nota-se, ainda, uma oposição de discursos, que estabelece contraste entre os posicionamentos da Polícia Federal e dos índios, evidenciando ao leitor, que o ciberjornal identifica-se com o primeiro discurso, e não com o segundo.

Parece haver a construção de um simulacro de valor negativo de Nísio Gomes ao reproduzir o discurso da PF sobre uma suposta ação realizada pelo cacique, como se depreende:

(6) Recorte – Para a PF, um indício forte de que Nísio esteja vivo é o saque de um benefício que ele tem feito em Brasília, e que nenhum parente assumiu.

Ao informar que o cacique Nísio Gomes pode “estar vivo”, há um fortalecimento da ideia de desaparecimento, à medida que enfraquece a hipótese de homicídio construída, anteriormente, pelo meio de comunicação.

O trabalho de aforização, realizado pelo enunciador jornalista do jornal *online* Campo Grande News, (re)construiu um percurso interpretativo dominante para os leitores, a saber, que “o cacique está desaparecido e, conseqüentemente, não foi assassinado”. Isso posto, é possível asseverar que se trata de aforização, visto que a verdade que enuncia, independentemente de se

referir a um único indivíduo ou a uma coletividade, é dada em caráter sumário, dogmático, como uma evidência mesmo, cujo alhures é uma Fonte Transcendente.

4. Considerações finais

Os textos, cujos recortes foram aqui analisados, constituem uma pequena amostra de um arquivo maior em matérias midiáticas produzidas com base nos enunciados destacados e aforizados de problemáticas advindas de posse de terras entre indígenas e fazendeiros.

Como foi possível observar, não houve pretensão de uma simples aplicação de teoria, mas sim proposição de reflexões, a partir do conceito de enunciação aforizante, em busca de compreender o funcionamento e a aplicabilidade de enunciados destacados na imprensa *online* cotidiana brasileira, particularmente, em geografia sul-mato-grossense.

As aforizações, em geral, não estão isentas de deformações e deslizamentos de sentido e percebemos que as enunciações aqui analisadas constituem-se, apenas, uma pequena parte produzida no universo discursivo dos conflitos acerca do território Guarani e Kaiowá. Todavia, o funcionamento e estratégias enunciativas nos levam a crer no acontecido, nos fazem ler o texto como “expressão da verdade do acontecimento, e não como uma construção de sentido particular”.

As breves análises empreendidas mostram o suporte midiático atuando em um papel de protagonista na definição da circulação e compreensão a respeito da temática ‘conflito sobre a posse da terra entre fazendeiros e indígenas’. O conjunto das matérias pode produzir um enquadramento do olhar para que o sentido seja costurado, ao buscar evidenciar a construção de uma imagem indígena alicerçada em valores ideológicos que se perpetuam com marcas identitárias permeadas por preconceitos.

Nesse sentido, o que se pretende dar a interpretar é um apagamento do discurso do preconceito e da discriminação; no entanto, por meio dos fios discursivos das narrativas e das aforizações, apreendem-se momentos histórico-sociais que permeiam a construção de sentidos materializados. Nota-se a atualização e a reconfiguração da memória discursiva, contribuindo para a sedimentação de uma memória negativa acerca do indígena: aquele excluído e marginalizado pela posição social que ocupa.

Por fim, reconhece-se a existência ainda de outros efeitos de sentidos, além dos aqui apontados; e tem-se, portanto, um objeto de estudo sujeito a análises futuras, o que, certamente,

descreverá outros aspectos e dizeres aqui silenciados, pois o trabalho analítico, sabe-se, é sempre realizado por um sujeito sócio historicamente localizado.

Acreditamos que outros olhares, e também um olhar em outro momento, nos darão ainda mais subsídios para descrever e interpretar enunciados cuja temática aborde a posse de terra entre fazendeiros e indígenas. Isso certamente contribuirá para um despertar sobre a necessidade de fazermos ponderações nos mais variados tipos de discursos da mídia com os quais entramos em contato todos os dias.

Referências Bibliográficas

BRAND, A. J.; NASCIMENTO, A. C.; URQUIZA, A. H. Os povos indígenas nas instituições de educação superior: a experiência do projeto Rede de Saberes. In: LÓPEZ, L. E. **Interculturalidad, educación y ciudadanía**. Perspectivas latino-americanas. La Paz: Plural Editores, 2009. p. 377-395.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, J. J. O discurso inatingível: marxismo e linguística (1965-1985). Tradução de Heloisa Monteiro Rosário. **Cadernos de Tradução**, n. 6, Porto Alegre, 1999.

FREIRE, S. de M.; CARVALHO, A. de S. Midiatização da violência: os labirintos da construção do consenso. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 151-164, jan./jun. 2008.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Org. Sírio Possenti; Maria Cecília P. de Souza e Silva. Curitiba, PR: Criar, 2006.

_____. L'enonciation aphorissante. In: SILVA, T. C.; MELLO, H. (Org.). **Conferências do V Congresso da Associação Brasileira de Linguística**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 155-164.

_____. Aforização: enunciados sem texto? In: _____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Org. Sírio Possenti; Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2010. p. 9-24.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Artigo recebido em: 16.09.2016

Artigo aprovado em: 07.11.2016